

A PREPARAÇÃO DE TERRENO PARA O NEOLIBERALISMO: CLASSE E IDEOLOGIA FRENTE À MODERNIZAÇÃO DAS CLASSES MÉDIAS NOS ANOS 1970

Isabel Leite (mestranda IE - UFRJ) e Jaime Leon (professor IE - UFRJ)

RESUMO

O presente trabalho visa compreender como as dinâmicas de classe e as conformações ideológicas, como desenvolvidas no dito “milagre econômico”, contribuíram com a criação das condições para a chegada do neoliberalismo ao Brasil nas décadas seguintes. O panorama que traçamos para esse entendimento parte da conformação histórica da Classe Média nos anos 1970 e sua posição enquanto uma classe que foi modernizada em um cenário econômico de desigualdade e autoritarismo. Recorremos ao conceito de modernização de Furtado para compreender os efeitos que a amplificação da cesta de consumo dessa parcela da população, durante essa fase de auge econômico da ditadura empresarial-militar, teve sobre a concepção que essa classe tem de si mesma e de sua posição na sociedade como um todo, bem como a via de mão dupla da influência entre a política do país e esse grupo. É a partir desses elementos, especialmente como percebidos pela própria Classe Média da época através da sua formação ideológica resultante desses processos, que identificamos a presença de partes dessa sua ideologia que viriam a contribuir para formar uma permeabilidade à doutrina neoliberal, que posteriormente se estabeleceria no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: classe média brasileira, milagre econômico, ideologia neoliberal

ABSTRACT

This work aims to understand how the class dynamics and ideological conformations, as developed in the so-called “economic miracle”, have contributed to creating the conditions for neoliberalism’s arrival in Brazil in the following decades. The scenario we build for this understanding sets off from the historical conformation of the 1970’s Middle Class, and its position as a class that’s been modernized in an economic setting of inequality and authoritarianism. We turn to Furtado’s concept of

modernization to understand the effects of amplification of this section of the population's consumption basket, at the economic height of the business-military dictatorship, over the conception that this class has of itself and its position in the society as a whole, as well of the two-way street of the influence between the country's politics and this group. It is from these elements, especially as perceived by the Middle Class itself through its ideological formation derived from these processes, that we identify the presence of parts of this ideology that would come to contribute to establishing some permeability to the neoliberal doctrine that would later settle in Brazil.

KEYWORDS: Brazilian middle class, economic miracle, neoliberal ideology

1 INTRODUÇÃO

Para entender o papel da classe média brasileira na formação ideológica do país, precisamos primeiro discutir sua própria constituição enquanto classe e sua posição nas dinâmicas sociais nacionais. Para isso, este trabalho se debruçou sobre as consequências do processo de modernização que a camada de rendimento intermediário passou durante o período do “milagre econômico” dos anos 1970. A modernização conforme a interpretação de Furtado é aqui a faísca para a compreensão das características ideológicas dessa classe que conduzirão seu comportamento nas próximas décadas.

A partir do entendimento de conceitos como classe (Holloway) e ideologia (Chauí), analisaremos dados históricos trazidos por autores como Alves, Netto e Pochmann. Tendo traçado as principais características do contexto dos anos 1970 e de como este era compreendido pela camada social média, observamos os fatores que determinam a compreensão que ela produzirá de si mesma. Essa observação nos conduz à classificação que a própria classe média produz de si e para os elementos que constituem essa identidade.

Traçamos, então, um breve panorama sobre a ideologia que viria a predominar nas décadas seguintes, segundo as exposições de Dardot e Laval sobre neoliberalismo. Nosso objetivo nessa seção é identificar quais dos elementos que existiam nos debates

teóricos dessa linha de pensamento já nos anos 1970 poderiam já estar presentes na ideologia da classe média no Brasil. Dessa forma, argumentamos que essa ideologia já estabelecida contribuiu para a permeabilidade da sociedade brasileira ao neoliberalismo a partir da segunda metade dos anos 1980.

2 CONCEITOS-CHAVE

Os conceitos aqui apresentados visam trazer um embasamento inicial para a argumentação na seção de discussão. Outros autores aparecerão nas demais seções, conforme seus trabalhos dialoguem com o nesta exposto. Enquanto a exposição dos conceitos antevê alguns dos argumentos que utilizaremos, quaisquer desenvolvimentos presentes nesta seção estão aqui puramente pelo desenlace das suas apresentações e de suas interconexões, e serão expandidos em suas devidas seções. Pode-se notar uma intercambialidade na ordem de apresentação dos conceitos, mas a ordem aqui escolhida pretende direcionar a leitura da forma o mais fluida possível.

2.1 MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA CULTURAL

Conduzimos nossa análise da Classe Média no Brasil dos anos 1970 através do fenômeno da *modernização* (Furtado, 2024). Queremos entender o que significa categorizar um grupo como “Classe Média” e o que essa categorização implica no comportamento de quem passa a compor esse grupo e, para este estudo, o entendimento do processo de modernização se mostra especialmente adequado.

Ao estudar o subdesenvolvimento enquanto fenômeno econômico, Furtado (2024) definiu um processo em que, uma vez conformado no capitalismo global um sistema centro-periferia, países com uma renda per capita substancialmente reduzida em relação aos países cêtricos se inseririam no contexto global como exportadores de matéria-prima, atraindo um capital excedente concentrado nas elites exportadoras. Uma vez que as suas atividades seriam pouco intensivas em capital, o excedente da exportação não seria reinvestido e retornaria aos países cêtricos pela importação que a elite periférica faria de produtos industrializados produzidos pelas economias que haviam conduzido a Revolução Industrial.

As desigualdades patentes desses países fariam com que essas importações ficassem restritas à elite, gerando um distanciamento dos padrões de consumo da

maioria da população e da minoria elitizada. Esse padrão de consumo de bens importados, por lógico, mimetizaria o padrão de consumo dos países cêntricos, produtores dessa cesta mais diversificada (Furtado, 2024). Em síntese e à guisa de definição:

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos (Furtado, 2024, p. 93)

Um fato relevante neste processo é a geração também de um fenômeno de dependência cultural, significando a constante mimetização de padrões de consumo de países com renda per capita mais elevada. Tal dependência seria conformada inicialmente pelo destinação do excedente para a aquisição de bens estrangeiros em lugar de investimento na produtividade nacional, e reforçada pela constante diversificação da cesta de consumo dos países cêntricos, mediante inovações constantes. Assim, a implantação de um parque industrial que satisfizesse as necessidades de consumo dos grupos modernizados arcaria com alguns entraves, como a falta de uma estrutura industrial coesa e o reduzido mercado consumidor nacional para produtos que atendessem a públicos de maior renda. Dessa forma, a única possibilidade para que a minoria modernizada de um país subdesenvolvido seguisse acompanhando as tendências de consumo cêntricas (ou seja, seguisse se modernizando), seria pelas importações ou pela instalação de um parque industrial formado por capital internacional, capaz dos aportes necessários para superar as dificuldades mencionadas, interessado na mão de obra de custo reduzido e disposto a produzir para o diminuto mercado nacional diante da possibilidade de exportação da maior parte da produção. Essa dinâmica reduziria os salários no território, agravando a concentração de renda (Furtado, 2024), como vemos em:

Se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende do aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração da renda. Em tais condições, o crescimento econômico tende a depender mais e mais da

habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais. (Furtado, 2024, p. 101)

Assim vemos que a desigualdade, mais do que um subproduto do modo de acumulação dos países subdesenvolvidos, é também um fator estrutural que permite às elites a sua condição como tal. A modernização das classes com poder aquisitivo é, portanto, não apenas dependente culturalmente dos padrões de consumo cêntricos, mas dependente economicamente da exploração da classe trabalhadora.

2.2 CLASSE E IDEOLOGIA

Frente ao desafio de falar sobre a Classe Média brasileira, esse grupamento social de caracterização tão fluida, vimos por necessário estabelecer uma compreensão das dinâmicas de classe enquanto dinâmicas sociais. Faremos primeiro um pequeno desvio para passarmos pelo conceito de *fetichização*, para argumentar que a própria diferença de entendimentos da constituição da classe decorre do dinamismo da fetichização enquanto um processo de construção de relações sociais.

Segundo Holloway (1999, p. 111), “a distinção entre fetichismo e fetichização [...] se encontra entre uma visão de mundo em termos de dominação e outra em termos de luta”. Fetichismo seria uma versão estanque, solidificada, em que as classes (enquanto categorização que separa o sujeito do objeto, gerando, portanto, uma *categoria fetichizada*) foram produzidas pelo surgimento do capitalismo, com a manutenção do sistema ao longo do tempo preservando as características e relações das classes e entre classes. A fetichização como processo, no entanto, traria um dinamismo para a construção de classes, por entender a constante reprodução do processo de *constituição* de classes.

Dessa forma, seria exatamente nesse processo de reprodução da classe (*classificação*), que se faria a luta de classes. O argumento de Holloway (1999, p 115) é que “o capitalismo é a geração sempre renovada da classe, a sempre renovada classificação das pessoas”. E é a partir desse entendimento que vamos identificar os conflitos de classificação da Classe Média brasileira como uma forma da luta de classes em que os grupos classificados resistem à sua classificação como classe trabalhadora. Essa resistência se apresenta como uma fetichização do próprio conceito

de Classe Média que passa a significar o que aquele tempo precisa que signifique para gerar o afastamento necessário entre o grupo compreendido como Classe Média e quem não é desejado que constitua esse grupo.

É nesse ponto que o conceito de fetichização esbarra no de *ideologia*. De fato, se o entendimento de Classe Média é fetichizado, ele atende a alguma ideologia. Buscamos entender quais são as fundamentações políticas e econômicas da ideologia que conforma a fetichização da categoria, e por que e como a Classe Média do período em questão aderiu a tal ideologia.

Entendemos ideologia como uma dimensão que se apresenta enquanto “um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão *o que* se deve e *como* se deve pensar, agir e sentir.” (Chauí, 2016, p. 245). Essa definição se prova útil justamente por apresentar uma correlação entre o componente intelectual (as representações e normas) e o componente comportamental (pensar, agir e sentir) da ideologia. Ademais, seus efeitos se expandem gerando identificação, conforme a seguinte argumentação:

Como forma do exercício da dominação de classe, a eficácia da ideologia depende de sua capacidade para produzir um imaginário coletivo em cujo interior os indivíduos possam localizar-se, identificar-se e, pelo autorreconhecimento assim obtido, legitimar involuntariamente a divisão social. Portanto, a eficácia ideológica depende da interiorização do corpus imaginário, de sua identificação com o próprio real e especialmente de sua capacidade para permanecer invisível. (*ibidem*, p. 247)

O papel da ideologia na sociedade de classes dialoga com o que trouxemos da concepção de classe em Holloway (1999). Seria um componente do processo que ele chamou de fetichização da classe, na medida que fundamenta a própria classificação, como discutimos anteriormente. A ideologia é um elemento deliberadamente ocultado pela sua absorção pelos indivíduos, que opera neles o direcionamento da sua percepção de classe e de si mesmo como pertinente às dinâmicas sociais através do seu agrupamento. É através da ideologia que o sujeito se classifica, e também através da ideologia que classifica o outro, e é na fronteira entre a classificação que um grupo faz

de si e a classificação que os demais grupos fazem deste primeiro que está a luta de classes .

É, portanto, pelo prisma da ideologia que analisaremos os conceitos em Furtado (2024), para entendermos não só seu papel na classificação dos grupos, mas também no processo de modernização. A respeito de como esse conceito atravessa seus apontamentos sobre modernização e dependência cultural, o autor escreve:

a existência de uma ideologia dominante (que, segundo Marx, seria a ideologia da classe dominante em ascensão) não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica destas.[...] Entre as condições objetivas para a existência de uma classe, portanto, estaria a sua autonomia cultural. Ora, nos países cênicos, essa autonomia cultural, no que se refere à classe trabalhadora, foi consideravelmente erodida. O acesso da massa trabalhadora a formas de consumo antes privativas das classes que se apropriam do excedente criou para aquela um horizonte de expectativas que condicionaria o seu comportamento no sentido de ver, na confrontação de classes, mais do que um antagonismo irreduzível, uma série de operações táticas em que os interesses comuns não devem ser perdidos de vista. (Furtado, 2024, p. 97)

Ou seja, para o autor, é através do acesso dos trabalhadores a um padrão de consumo visto como semelhante ao da elite econômica que se conforma uma ideologia de comunalidade entre as classes. Esse processo apazigua a luta de classes não só pela conformidade oferecida pela dominação cultural da classe trabalhadora pela elite capitalista, mas também pela sua própria ocultação, por obscurecer os antagonismos de classe. Vemos aqui, de forma implícita, como em outros trechos esporádicos ao longo do texto, que, por mais que Furtado tenha como enfoque a relação internacional entre economias (natural pelo objetivo do debate que traz: a relação de subdesenvolvimento de uma economia com a dinâmica centro-periferia do sistema capitalista global), é admitido que o fenômeno de dependência cultural pode ocorrer (e de fato ocorre) dentro de uma mesma economia.

Da mesma forma, vemos que o fenômeno da modernização, igualmente debatido de forma deliberadamente centrada na relação inter-econômica, aparece como também

possivelmente generalizado para uma relação entre classes de uma mesma economia através do uso de termos como “grupos sociais modernizados”, “setor modernizado da sociedade” e “minorias modernizadas”, ao indicar que o fenômeno não atinge a economia dependente como um todo (apesar de produzir efeitos sistêmicos), mas um *grupo* dentro dessa sociedade. A formação desse grupo, mediante a necessidade desse fenômeno de ocorrer em condições de desigualdade social, e sua relação com os demais grupamentos dessa sociedade desigual, será nosso foco principal na seção a seguir.

3. A CONFORMAÇÃO DA CLASSE MÉDIA DA DÉCADA DE 1970

Para entender como chegamos à Classe Média dos anos 1970, precisamos primeiro observar o cenário onde ela se estabelece, o que aqui é feito pela exposição dos panoramas econômico e político da época. Em seguida, trabalharemos a Classe Média em si enquanto um grupo coeso, que se identifica como tal e se comporta de acordo com essa identificação. Por fim, identificaremos a ideologia que suporta a classificação enquanto processo de fetichização desse grupo.

3.1 PANORAMA ECONÔMICO

O Brasil chega aos anos 1970 em plena ditadura empresarial-militar, já no terceiro presidente do período, e após um crescimento econômico de 6,01% ao ano durante a década anterior após a superação da crise do início da década. Esse desenvolvimento econômico, porém, não permeou a população como um todo e não chegou aos mais pobres. Houve acentuação das desigualdades, com a renda da população assalariada perdendo valor diante do arrocho salarial, e os ganhos sociais não acompanharam o ritmo do crescimento econômico, como evidenciado pela manutenção da concentração fundiária e mínima redução da taxa de analfabetismo (Netto, 2016).

É diante desse cenário que o país chega ao “milagre econômico”, conduzido pela política econômica aplicada no governo Garrastazu Médici. Netto enfatiza a importância do plano econômico do governo da época, caracterizando-o como fortemente apoiado na desnacionalização da economia, com a abertura do parque industrial brasileiro para investimentos externos em setores mais lucrativos, enquanto o governo garantia os investimentos menos lucrativos que formariam a base para a operação das transnacionais que aqui se instalariam.

Ao comentar o modelo, tanto Netto (2016) quanto Furtado (2024) apontam para as condições demográficas necessárias para o sustentar: em um país populoso como o Brasil, a formação de um público consumidor para atrair tais investimentos estrangeiros se sustenta na desigualdade. Para Netto (2016, p. 130), em “um país cuja população se aproximava dos 100 milhões de habitantes, um mercado interno que cobrisse em torno de 15-20% da população já era algo adequado aos limites desse ‘modelo’”, enquanto Furtado (2024) vai mais longe e argumenta que 10% da população já seria o suficiente, a ver:

Um país com 100 milhões de habitantes e uma renda per capita de 400 dólares (situação aproximada do Brasil em 1970) pode, concentrando 40% do produto nas mãos de 10% da população, dotar-se de um mercado de 10 milhões de consumidores com uma renda média de 1600 dólares, o que é suficiente para permitir a instalação de um moderno sistema industrial (Furtado, 2024, p. 57)

Esse modelo pautado na desigualdade seria a base mínima necessária para a modernização dos padrões de consumo brasileiros, conforme Furtado (2024, p. 80) prevê ao afirmar que “a crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação, traduz-se, [...] nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população”. A dependência cultural em relação aos países cêntricos seria também um dos motores do agravamento da desigualdade social, uma vez que “o comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação” (*ibidem*, p. 93).

Entendemos até aqui que a conversão de uma parcela diminuta da população em mercado consumidor atende ao modelo, mas ainda é preciso provar que a desigualdade se faz condição necessária e não apenas condição suficiente. O modelo precisa depender de que apenas essa parcela (10% segundo Furtado ou 15-20% segundo Netto) se converta em consumidora, necessariamente se afastando economicamente da parcela restante.

Quando Furtado menciona a *concentração* de 40% do produto nas mãos dos 10% da população como uma formação suficiente para o mercado consumidor atender às necessidades internacionais, já se identifica a semente desse argumento. Ainda assim, o argumento é insuficiente pois pressupõe o produto constante e não em crescimento, como estava à época. O que os registros históricos do período irão comprovar é que o crescimento foi conduzido pela modernização, que só ocorreu pois o plano econômico se valia dessa concentração para gerar esse exato processo. Como evidenciado pela postura do ministro Delfim Netto, para quem “a questão da distribuição da renda só poderia ser colocada depois de um crescimento considerável do PIB; ficou famosa a sua tirada [...] segundo a qual “primeiro há que fazer o bolo crescer” para, em seguida, discutir como “distribuí-lo”.” (Netto, 2016, p. 139).

Assim, entendemos que, de fato, a desigualdade não é necessária ao crescimento *per se*, mas o era ao modelo desenhado pelas autoridades brasileiras dos anos 1970. Netto traz os dados históricos que corroboram a intencionalidade da ditadura empresarial-militar na condução do crescimento econômico mediante necessária desigualdade social:

Por outra parte, era necessário ampliar o mercado interno para o consumo de bens duráveis, e, simultaneamente, manter a política do arrocho salarial sobre a massa do contingente operário, garantidora da sua superexploração. Para assegurar a superexploração, a ditadura nem sequer vacilou diante da utilização de números fraudados nos processos de reajustes salariais; ela recorreu à vergonhosa falsificação de dados em 1973, quando apresentou um índice oficial de inflação de 15,5%; em 1977, tanto um relatório do Banco Mundial quanto um informe do próprio Simonsen, ministro da Fazenda de Geisel, indicavam uma taxa bem superior (o Banco Mundial anotava 22,5% e Simonsen 26,6%). Era evidente que os trabalhadores foram lesados, em óbvio benefício do patronato (e lesados, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos/DIEESE, em 34,1% em relação aos salários de 1976). (Netto, 2016, p. 136)

De fato, a concentração de renda e seu impacto nas relações sociais brasileiras é evidenciado na obra de Alves (1984), que apresenta um comparativo da “quota do PNB por ano” dos anos 1960, 1970 e 1976, para os seguintes extratos populacionais: os 50% mais pobres; os 30% imediatamente acima; os 15% da camada média; e os 5% mais ricos. De fato, todas as tendências perceptíveis entre 1960 e 1970 se mantêm entre 1970 e 1976, durante o “milagre”, e resultam no seguinte cenário: a redução da participação da soma dos dois primeiros grupos no PNB de 45,63% para 32,8%; o aumento quase equivalente para os 5% mais ricos, que foram de acumular 27,69% do PIB para a concentração de 39% deste; e um crescimento moderado da parte que compete aos 15% da camada média, de 26,6% para 28%. A avaliação da autora sobre esses dados é certa:

À parte o dramático contraste entre os 5% mais ricos e os 50% mais pobres, é importante observar que uma pequena classe média consegue, no período, manter e mesmo elevar ligeiramente sua parte na distribuição da renda. O que ajuda a compreender o relativo entusiasmo que integrantes desse grupo começaram a demonstrar pela política econômica do governo. (*ibidem*, p. 149)

Essa realidade se sustenta na manutenção do arrocho salarial, mas também na diversificação do leque salarial do proletariado brasileiro. Enquanto a desnacionalização da economia servia como uma efetiva exportação de mão de obra barata nacional (barateamento esse cada vez mais consolidado e intensificado pelo arrocho) para as grandes empresas dos países cênicos (Furtado, 2024), eram necessários também trabalhadores qualificados para os cargos mais elevados dessas indústrias, que passam a receber salários mais altos, bem como a consolidação de uma infraestrutura urbana de serviços para atender às necessidades da classe média assalariada, que converteu parte dos profissionais liberais urbanos em eles próprios assalariados também (Netto, 2016).

São esses trabalhadores assalariados que compõem o que Alves (1984) identificou como 15% da camada média, e Netto (2016, p. 137) qualificou como “camadas intermediárias das cidades de grande e médio porte — principalmente de segmentos de profissionais prestadores de serviços, parte deles com formação universitária, parte com formação técnica”, que aqui chamaremos de “Classe Média da década de 1970”. Foi essa classe que, nessa época, passou pelo processo de

modernização definido por Furtado (2024), não só pela sua participação na renda nacional, mas pelo seu acesso a políticas governamentais voltadas ao consumo, fosse pela expansão de crédito ou por incentivos fiscais. Sobre o crédito, Furtado (2024, p. 122) afirma que “o primeiro surto de procura de bens de consumo duráveis originou-se de uma rápida expansão do crédito aos consumidores, beneficiando a classe média alta.”. E sobre a política fiscal, ele diz que:

Foi através da política fiscal que o governo perseguiu o objetivo mais ambicioso de tornar permanentes as novas estruturas. Variados e generosos “incentivos fiscais” foram concedidos, visando à criação de um grupo considerável de pessoas beneficiárias de rendas mobiliárias dentro da classe média. (Furtado, 2024, p. 123)

Já vimos a argumentação de Moreira Alves (1984) sobre o impacto que essas condições econômicas tiveram em angariar o apoio da classe média à ditadura empresarial-militar. Netto também argumenta nesse sentido ao caracterizar o mercado consumidor formado pela modernização do consumo no Brasil da seguinte forma:

Ainda que esse mercado (que nunca ultrapassou um universo superior a 20% da população total) tivesse limites claros, as camadas sociais nele inseridas (quase todas classificadas como “classe média” e se reconhecendo como tais) ofereceram ao regime, durante o período do “milagre”, uma base de sustentação. Base de sustentação que, por outra parte e motivos óbvios, tinha nos estratos de renda mais alta os seus suportes mais sólidos. (Netto, 2016, p. 137)

Ou seja, a política econômica como foi desenhada de fato colhia seus frutos. Seus objetivos, conforme vistos anteriormente, de crescimento econômico (“do bolo”) às custas da desigualdade não soavam às camadas modernizadas como uma contradição, mas como um resultado de sucesso. O regime selecionou os grupos que pretendia agradar com a implantação do modelo, sustentando um dos pilares da sua manutenção na aprovação econômica das classes médias e altas, e investiu essa aprovação na sustentação do seu segundo pilar: o silenciamento das massas descontentes e repressão política da desaprovação, como veremos a seguir.

3.2 PANORAMA POLÍTICO

Sobre os elementos políticos necessários para a implementação desse modelo, Netto (2016, p. 141) é enfático em afirmar que “a concretização do “modelo econômico”, expressa no “milagre”, teve como condição política necessária o terrorismo de Estado”. Os aparelhos repressivos instalados com a assinatura do AI-5 pouco antes do início do governo Médici, que garantiram a repressão política e o terrorismo de Estado, junto com a censura (também resultante do AI-5) e a propaganda como formas de controle ideológico, tornaram possível manter as políticas econômicas em questão, apesar do seu impacto social negativo para 80% da população . Sobre a propaganda, ainda na perspectiva deste autor, vemos que:

Se, durante praticamente todo o ciclo ditatorial iniciado em 1964, a retórica do regime foi mistificadora e mentirosa, é fato que, no período Garrastazu Médici, essa mistificação e essa mentira foram conduzidas ao limite — nunca o discurso político da ditadura esteve tão divorciado das suas práticas políticas. (*ibidem*, p. 126)

Aliada à propaganda que alimentava as ilusões de grandiosidade nacional e sucesso econômico com as quais os 20% mais ricos foram alimentados, a censura cumpria também seu papel de esconder não só os efeitos mais perversos do regime, mas também os seus insucessos. Sobre a sinergia atingida por essas duas faces da mesma moeda (propaganda e censura), vemos:

Evidentemente, tal publicidade, coordenada a uma censura draconiana sobre a imprensa (rádio, jornais, televisão), silenciava inteiramente as incontáveis metas do I PND que foram abandonadas ou não alcançadas (por exemplo: previa-se a irrigação de 40 mil hectares no Nordeste — foram irrigados tão somente 5.674 hectares; previa-se a instalação de rede de esgotos para atender a 5 milhões de famílias — chegou-se, nas melhores estimativas, à casa das 500.000 atendidas). O fato é que os êxitos quantitativos da implementação do “modelo”, explorados pelo aparato publicitário do regime, ofereceram — transitoriamente, é verdade — a ele um grau de legitimação política de que não desfrutara antes. (*ibidem*, p. 134)

Também no ramo da cultura a censura atuava como ferramenta de controle social. Netto (2016) irá argumentar que a democracia e o progressismo brasileiros sofreram com a política cultural “negativa” da ditadura empresarial-militar. Ele aponta para o impacto que tal política teve principalmente nos jovens, privados de referências culturais que atendessem as inquietações e a rebeldia da juventude, relegados ao conformismo e ao carreirismo, ou a formas mais inofensivas de expressão desses anseios em movimentos artísticos politicamente esvaziados.

No entanto, a repressão política era muito mais do que a censura da expressão jornalística ou cultural. Enquanto estas ferramentas davam combustível à locomotiva do alardeado progresso do Brasil, vendida para os apoiadores do regime através do binômio “agradar” (pela propaganda dos sucessos, mesmo os falsos) e “não desagradar” (pela censura dos fracassos e da expressão antagônica), ainda restava lidar com quem não respondia a essa estratégia: os dissidentes. A repressão, então, se estendeu para além da censura, onde:

Imperavam uma máquina repressiva funcionando sem limitações, promovendo a eliminação física da oposição clandestina e aterrorizando a oposição tolerada, uma rede de agentes policial-militares e de delatores vigiando e amedrontando os segmentos da sociedade capazes de vocalizar quaisquer demandas (*ibidem*, p. 141)

A repressão com base na violência foi responsável por “um período de militarização da vida social, a que não faltaram traços verdadeiramente fascistas, e que muitos designaram como ‘os anos de chumbo’” (*ibidem*, p. 144). Temos, então, a população diante do seguinte cenário: aceitar a propaganda da ditadura e acreditar que vive uma economia “milagrosa” e que tudo vai bem; ou questionar a propaganda e ser silenciado, perseguido, preso, morto ou desaparecido.

3.3 A CLASSE MÉDIA EM SI

Até o momento vimos a formação de um contexto de ascensão de uma massa assalariada, se não em termos de participação na riqueza, certamente em termos de distanciamento da base social e principalmente em termos de consumo. De fato, ainda que, como vimos com Alves (1984), a concentração de recursos nas mãos dos “15% da

camada média” tenha visto um crescimento apenas moderado (de 27,38% para 28%) é importante ressaltar que esse dado se apresenta em porcentagem do PNB, que à época crescia a ritmos acelerados. Utilizando o PIB (deflacionado) como aproximação, o relatório “*Brazil: Human Resources Special Report*” do Banco Mundial nos oferece a seguinte evolução ano a ano para os anos de 1970 a 1976, nos permitindo calcular o acumulado para o período (Tabela 1).

Tabela 1 - Crescimento anual e acumulado do PIB de 1970 a 1976

Ano	Crescimento do PIB no ano	Crescimento acumulado do PIB desde o início de 1970
1970	8.8%	8.8%
1971	13.3%	23.27%
1972	11.7%	37,69%
1973	14%	56,97%
1974	9.8%	72,35%
1975	5.6%	82%
1976	9%	98,39%

Fonte: The World Bank: Country Study, *Brazil: Human Resources Special Report*, 1979

Ou seja, ao manter sua participação na distribuição do produto brasileiro, o crescimento em valores absolutos da renda que compete à classe média acompanha o crescimento do próprio produto, que quase dobrou no período.

Enquanto isso, segundo Pochmann (2015, p. 42) as camadas da base da pirâmide representavam “um verdadeiro exército de serviçais [...] voltado à realização de qualquer atividade de sobrevivência, sobretudo em serviço à nova classe média assalariada em ascensão”. Esses trabalhadores se distanciavam da classe média apenas economicamente, pois no cotidiano dividiam o território, ao se relacionar cotidianamente através de seus serviços como “motoristas particulares, domésticos em profusão, seguranças, adestradores de animais, entre outros”. O autor ainda ressalta que a classe média brasileira modernizada tinha um padrão de consumo de serviços

“superior à classe média de economias desenvolvidas” devido ao “enorme excedente de mão de obra gerado nas grandes cidades por força do êxodo rural” (*ibidem*, p. 42).

Assim, comprova-se a análise de Furtado (2024) que a modernização em países subdesenvolvidos, construída sobre a desigualdade social, pressiona os salários das bases de trabalhadores para atender a um padrão de consumo da elite internacional. Em relação à classe média nacional, esse efeito passa a contribuir para sua percepção de si como uma classe elitizada.

A disposição financeira para acessar serviços particulares se torna um divisor de classes, e a classe média rejeita qualquer contato com as classes mais pobres que não passe pela mediação da exploração do trabalho daqueles que ela vê como “inferiores”. Já nessa época se identifica um elemento de “meritocracia dos segmentos de maior escolaridade numa sociedade de baixa escolaridade” (Pochmann, 2015, p. 59) na ideologia da classe média. Esse sentimento é uma das forças motoras do afastamento da classe média em relação ao uso de serviços públicos de ensino nos anos 1970 e saúde a partir do estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos anos 1980, que passam a preferir alternativas privadas e mais exclusivas, passando a desprezar paulatinamente os serviços do Estado.

Neste percurso, estes elementos passam a compor a identidade da classe média, que, segundo o processo de fetichização, se identifica pelo seu entendimento de si e pelo seu antagonismo ao outro. Ao entender que “a luta de classes é a luta para classificar e contra ser classificado ao mesmo tempo em que, inseparavelmente, é a luta entre classes constituídas” (Holloway, 1999, p. 115), entendemos também que a classe média brasileira vê seu lugar nessa luta a partir do antagonismo não com a classe dominante, da qual se julga próxima, mas com a classe trabalhadora, da qual não se vê como parte.

A posituação da identidade da classe média passa por elementos como meritocracia, aparente elitização, e utilização de serviços privados e mão de obra subalternizada. Por outro lado, é também uma identidade formada por diversas negações, se identificando a partir do que não é: pobre, dependente de serviços estatais, e subordinada a um padrão individual (já que a classe média costuma trabalhar para empresas ou como “profissional liberal”). Essas características compõem a categoria social fetichizada “classe média”, conforme estabelecida pelas mudanças sociais do

“milagre econômico” dos anos 1970. Ao mesmo tempo, a crença na naturalidade dessa conformação é a base da ideologia que sustenta essa relação de classes no próprio entendimento de que o fator definitivo para a sua diferenciação da classe trabalhadora em geral se dá no seu mérito de ter conseguido ascender socialmente e alcançar essa posição que entende como próxima da elite nacional.

4 O EMBRIÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Como vimos na Seção 2, a ideologia atende à necessidade da produção de uma certa uniformidade de ação e pensamento de determinada sociedade. Nesta seção, exploramos como a ideologia característica da classe média dos anos 1970 já apresenta as bases para que essa parcela da população se ajuste facilmente à ideologia neoliberal uma vez que esta passa a se impor na formulação da política econômica do Brasil a partir dos anos 1980.

O neoliberalismo como política econômica é um fenômeno mundial dos anos 1970 e 1980, e não chegou imediatamente ao Brasil (que até meados dos anos 1980 vivia o desenvolvimentismo). No entanto, as ideias que o originaram são mais antigas. As primeiras iniciativas organizadas para estabelecer uma ideologia dominante com base nos seus princípios datam das décadas de 1930 (no Colóquio Walter Lippman, em 1938) e 1940 (na fundação da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947). Essas iniciativas já se dão em face ao desenvolvimento teórico das primeiras propostas de reformas do liberalismo já em construção desde o fim do século XIX (Dardot e Laval, 2017).

Não há anacronismo em apontar que já havia sementes *do pensamento e da ideologia* neoliberal no Brasil de 1970, uma vez que seus princípios já apareciam mesmo nas articulações do *think tank* Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) ainda na preparação da opinião pública para o golpe de 1964:

A ação política do IPES era centrada na opinião pública, a base de toda engrenagem. Como um *think tank*, trabalhou arduamente na preparação de materiais de doutrinação e propaganda ideológica, tais com artigos, boletins, filmes, encartes, livros, panfletos, apostilas etc. Os textos dos materiais apresentavam conteúdos antigovernistas, anticomunistas e antipopulistas, defendiam a “permanência da livre empresa

seriamente ameaçada nos anos 1961-1964”, os valores da produtividade, do capitalismo neoliberal e da democracia, a partir da perspectiva da classe dominante. Uma democracia restrita, onde sindicatos e direitos à mobilização seriam suprimidos e a prioridade seria a propriedade privada. (Bortone, 2014, p. 52)

Ainda segundo a autora, após terem pavimentado a opinião pública às vésperas do golpe, os *think tanks* não desapareceram ou perderam importância. Seus membros foram incorporados ao aparato governamental, onde puderam espalhar mais ainda sua ideologia.

Contrária ao coletivismo, uma das doutrinas neoliberais presentes desde a sua fundação organizada é a de que o governo deve ser conduzido por “uma elite competente, cujas qualidades são o exato oposto da mentalidade mágica e impaciente das massas”. Para essa doutrina, contanto que o Estado funcione no sentido de garantir os mecanismos de mercado, o sucesso financeiro individual é comprovação da competência dos membros da elite, uma vez que seriam estes os que melhor souberam navegar tais mecanismos de mercado (para que conseguissem atingir esse sucesso) e seriam, portanto, os mais aptos a controlá-los (Dardot e Laval, 2017).

Além disso, Dardot e Laval observam que, para a doutrina neoliberal, uma ordem social pautada na livre concorrência significaria também que os resultados dessa concorrência (sucesso ou fracasso de cada ator) seriam determinados pela sua aceitação pelo mercado. Dessa forma, o sucesso de determinado ator é um atestado da sua virtude. O indivíduo saberia o que é bom para ele e o ator mais escolhido como “bom” por vários indivíduos deveria ser, então, “melhor”. Inversamente, qualquer fracasso derivaria de não ser “bom o suficiente” para um número suficiente de indivíduos.

Esses elementos dialogam diretamente com a caracterização da classe média, como vimos na Seção 3.3, especialmente da meritocracia e da elitização, mas também indiretamente com a subalternização da classe trabalhadora, pela identificação desse processo como “natural” do mercado. Dessa forma, a população já sujeita aos vieses ideológicos da meritocracia estabelecida nos anos 1970 se adapta facilmente à ideologia neoliberal, uma vez que esta parece justificar sua trajetória até então. Como vimos com Chauí (2016, p. 247), “a eficácia ideológica depende da interiorização do *corpus*

imaginário, de sua identificação com o próprio real e especialmente de sua capacidade para permanecer invisível”. Dessa forma, o neoliberalismo passa a permear o imaginário brasileiro pela naturalidade com que as classes dominantes e intermediárias conferem às justificativas necessárias para a manutenção da divisão de classes, moldadas pelo processo de modernização das classes médias dos anos 1970.

5. CONCLUSÃO

Com o apanhado que fizemos dos processos formativos da Classe Média brasileira dos anos 1970, conseguimos discutir não só sua formação econômica e política, como também ideológica. Essa classe foi formada pelo contexto da sua época, mas também rapidamente se incorporou como determinante formativa dos contextos que viriam a seguir, ao se tornar um dos pilares da relação de classes brasileira.

Formada em um cenário de ascensão pessoal, distanciamento das massas, autoritarismo político, controle da informação e forte propaganda, temos um grupamento social que viu seu padrão de consumo se modernizar devido a políticas públicas sobre as quais apenas recebiam informações limitadas pelo viés positivo produzido pela máquina de propaganda estatal. O impacto negativo dessas políticas era ocultado pela censura dos meios de comunicação e de manifestações populares e negado por veiculações propagandísticas de dados mentirosos (como o da inflação de 1973). A emergência da Classe Média, enquanto extrato social consolidado naquela época, foi inserida em um contexto politicamente acrítico devido à máquina repressiva estatal. A própria forma social “classe média” é fetichizada nesse processo, se classificando pela sua negação de participação na classe trabalhadora e pela autoidentificação com a elite.

O seu crescimento econômico passa a ser visto como generalizado, mas no seu dia a dia essa camada da classe se vale da utilização de diversos serviços precarizados, sustentando seu padrão de vida na desigualdade social. A contradição de classe patente nessa relação é remediada pelas primeiras sementes da ideologia neoliberal que evocam justificativas como *“o país vai bem e você vai bem. Você soube aproveitar a oportunidade. A sua empregada não soube. Faz parte”*. Compreende, então, sua ascensão como uma mistura de qualificação pessoal (que a levou aos cargos assalariados mais elevados nas empresas transnacionais ou a ser parte da infraestrutura

urbana assalariada) e o cenário do “milagre econômico”, valorizando o papel da ditadura no benefício que pôde colher do crescimento da economia.

Não é de se espantar que a classe aí conformada tenha no autoritarismo uma das bases da sua ideologia. Valoriza esse elemento por se entender como beneficiária de contextos fundados em desigualdade econômica e repressão política.

Outra base desta dinâmica é a meritocracia, que faz com que a sua ascensão não seja mera “sorte”, mas uma virtude própria, sustentando a crença de que, em se mantendo virtuosa, há ainda mais espaço para crescimento. Ela vê sentido, então, em aliar-se à elite, que entende como sua igual em ideologia e futuro próximo em consumo (que, modernizada, já mimetiza dentro de sua capacidade, mas entende que a distância entre os padrões é uma questão apenas de magnitude). Inversamente, não se identifica em nada com o povo, incapaz de consumir a cesta modernizada e cujo “fracasso” econômico é entendido como uma falta de qualidades ideológicas para alcançar a mesma ascensão da Classe Média.

Esse distanciamento passa a ser, também, parte do entendimento que ela tem de si própria enquanto classe. Assim, a classificação da Classe Média brasileira é intermediada pelo seu padrão de consumo e pela sua identificação com as elites tanto quanto pela sua repulsa ao pobre. Seus interesses de classe passam a distanciar-se cada vez mais da massa da população na esperança de se propulsionar à burguesia, enquanto defende os interesses da burguesia como forma tanto de buscar alavancar sua própria ascensão quanto de garantir seus “interesses futuros” para quando finalmente “chegar lá”.

Essa é a Classe Média que foi formada pelo “milagre econômico” e que verá a chegada da política econômica neoliberal ao Brasil e se incorporará à base de sustentação dessa política, assim como o fez anteriormente com a política da ditadura empresarial-militar.

BIBLIOGRAFIA

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. **Educação e pesquisa**, v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.

DE ALMEIDA BORTONE, Elaine. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na construção da reforma do Estado autoritário (1964-1968). **Tempos Históricos**, v. 18, n. 1, p. 44-72, 2014.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

HOLLOWAY, John. Clase y Clasificación. **Cuadernos del Sur**, N°. 29, novembro, 1999.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. Cortez Editora, 2016.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social**. Boitempo editorial, 2015.